

Assunto a cargo de: DCV

Min./Dact.: D/SF

Ofício n.º: **315/17**

Data: **08-06-2017**

Exmos. Senhores  
Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança  
Social  
Palácio de S. Bento  
1249-068 Lisboa

[10ctss@ar.parlamento.pt](mailto:10ctss@ar.parlamento.pt)

Assunto: **Projeto de Lei n.º 431/XIII – Procede à décima primeira alteração à Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filhos aos avós (CDS-PP).**

**(Separata n.º 48, DAR, de 10 de maio de 2017)**

Exmos. Senhores,

O SITAVA considera que as questões da conciliação da vida familiar e pessoal com a vida profissional são fundamentais para a promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e na família.

No entanto, consideramos que não basta intervir ao nível do alargamento dos direitos de proteção na parentalidade, sendo igualmente essencial abordar outras dimensões igualmente fundamentais do problema, como sejam as formas de organização do tempo de trabalho que são hoje claramente inconciliáveis com o exercício de uma parentalidade responsável ou a discriminação das mulheres (sobretudo em idade fértil) no acesso e manutenção do emprego e na progressão profissional, bem como a discriminação dos homens que pretendem exercer os seus direitos de parentalidade.

De qualquer forma, o SITAVA considera que o alargamento da licença parental exclusiva do pai é um passo positivo no sentido de uma maior partilha das responsabilidades familiares entre mulheres e homens.

Não podemos, porém, deixar de sublinhar que as licenças de parentalidade são (e devem continuar a ser) contabilizadas em dias úteis e não em dias de calendário, como parece pretender-se na proposta de alteração dos n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º.

Em segundo lugar, recordamos que o alargamento da licença parental exclusiva do pai implica também a alteração do regime da proteção social na parentalidade, de

forma que os subsídios concedidos nestes casos sejam alargados aos novos períodos de concessão da licença.

No que diz respeito ao alargamento dos direitos dos avós, o SITAVA discorda completamente de quaisquer medidas que visem a transferência de responsabilidades e direitos parentais para os avós. O papel dos pais juntos dos filhos é insubstituível e não compete à lei viabilizar ou potenciar situações em que as mães e os pais possam ver-se constrangidos ou pressionados a abdicar deste seu papel em favor de terceiros, mesmo que sejam os avós. Os avós têm sem dúvida um importante papel na vida dos seus netos, mas é um papel subsidiário do dos pais, inteiramente voluntário, que pertence ao domínio dos afetos e não das obrigações legais.

Em conclusão, o SITAVA considera positivo o alargamento da licença parental exclusiva do pai, desde que contabilizada em dias úteis e pagamento do correspondente subsidio relativamente a todos os dias da licença, e manifesta total discordância em relação ao alargamento de direitos aos avós em matéria de parentalidade.

**Data**

Lisboa, 08 de Junho de 2017

**Assinatura**



José Sousa

(Secretário-Geral)